



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA – UNILAB**

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – ICSA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

ANTÔNIA CRISLANNY LEANDRO SOARES

**FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DA JUVENTUDE COMO
CLASSE DA SOCIEDADE CIVIL: UMA RESPOSTA À
AUSÊNCIA DO ESTADO COMO PRESTADOR DE
SERVIÇOS NA ÁREA DA CULTURA – ESTUDO DE CASO
DO MUNICÍPIO DE ARACOIABA.**

REDENÇÃO

2016



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA
AFRO-BRASILEIRA – UNILAB**

**INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS – ICSA
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

ANTÔNIA CRISLANNY LEANDRO SOARES

**FORMAS DE ORGANIZAÇÃO DA JUVENTUDE COMO
CLASSE DA SOCIEDADE CIVIL: UMA RESPOSTA À
AUSÊNCIA DO ESTADO COMO PRESTADOR DE
SERVIÇOS NA ÁREA DA CULTURA – ESTUDO DE CASO
DO MUNICÍPIO DE ARACOIABA.**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de graduação em Administração Pública da Unilab, como requisito parcial para obtenção do título de bacharel em Administração Pública.

ORIENTADOR: Profº. Dr. Carlos Airton Uchoa

REDENÇÃO

2016

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro- Brasileira
Direção de Sistema Integrado de Bibliotecas da UNILAB (DSIBIUNI)
Biblioteca Setorial Campus Liberdade
Catálogo na fonte

Bibliotecário: Gleydson Rodrigues Santos – CRB-3 / 1219

S652f Soares, Antônia Crislanny Leandro.

Formas de organização da juventude como classe da sociedade civil: uma resposta à ausência do estado como prestador de serviços na área da cultura – estudo de caso do município de Aracoiaba. / Antônia Crislanny Leandro Soares. – Redenção, 2016.

46 f.; 30 cm.

Monografia apresentada ao curso de Administração Pública da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB.

Orientador: Prof. Dr. Carlos Airton Uchoa.
Inclui figuras, quadros e referências.

1. Identidade social - Brasil. 2. Cultura. 3. Juventude. I. Título.

CDD 305.800981

Dedico este trabalho aos meus pais, Maria Leandro Soares e Antônio Dias Soares, as minhas irmãs Antônia Cristiana Leandro Soares e Ana Cristina Leandro Soares e a minha sobrinha Maria Eduarda Soares da Silva.

RESUMO

Este trabalho tem como foco principal identificar as formas pelas quais a juventude se autoorganiza como classe ativa da sociedade civil, em resposta a ausência do Estado como prestador de serviços na área cultural. Busca-se fundamentalmente analisar como a classe juvenil responde a falha do Estado em promover ações culturais que desenvolvam ou incentivam a cultura de modo geral, investigando o próprio papel do Estado como prestador de serviços públicos fundamentais a constituição de uma vida digna ao cidadão como um todo, realizando um levantamento em torno das políticas públicas juvenis desenvolvidas no país revelando a forma pela qual o jovem vem sendo tratado nos últimos anos, construindo com isso um panorama que revela a problemática em sua plenitude, abordando as causas e apresentando soluções viáveis. No mais, buscou-se fundamentalmente ressaltar a participação do jovem em instituições e grupos culturais de modo geral, para que se possa entender sua atuação específica no município de Aracoiaba, foco do estudo aqui apresentado.

Palavras-Chave: Cultura; Juventude; Poder Público.

SUMMARY

This work has as main focus to identify the ways in which the youth organizes itself as active class of the civil society, in response to the absence of the State like service provider in the cultural area. It seeks fundamentally to analyze how the youth class responds to the failure of the State to promote cultural actions that develop or encourage culture in general, investigating the very role of the State as a provider of basic public services the constitution of a decent life to the citizen as a All doing a survey about the public policies developed in the country revealing the way in which the youth has been treated in recent years, thereby building a panorama that reveals the problem in its fullness, addressing the causes and presenting viable solutions. In addition, it was fundamentally emphasized the participation of young people in cultural institutions and groups in general so that their specific performance can be understood in the municipality of Aracoíaba, focus of the study presented here.

Keywords: Culture, Youth, Public Power.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1: Mapa do município de Aracoiaba.....	26
Quadro 1: Áreas do conhecimento da Fundação Fé e Alegria.....	31
Figura 2: Fundação Fé e Alegria – Vazantes, Aracoiaba/Ce.....	33
Quadro 2: Principais programas para a juventude do Governo Federal – 2016.....	46

SUMÁRIO

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

1. INTRODUÇÃO	8
2. O ESTADO	11
2.1 DEFINIÇÃO.....	11
2.2 ELEMENTOS CONSTITUTIVOS.....	11
2.3 FINALIDADE.....	13
2.4 ATRIBUIÇÕES.....	14
3. JUVENTUDE, SOCIEDADE E ESTADO	16
3.1 JUVENTUDE E POLÍTICA NO CONTEXTO SOCIAL.....	16
3.2 POLÍTICAS PÚBLICAS DE JUVENTUDE.....	18
3.3 CULTURA COMO DIREITO.....	20
4. ESTUDO DE CASO	22
4.1 FORMAS DE ORGANIZAÇÃO JUVENIL.....	22
4.2 MUNICÍPIO DE ARACOIABA.....	25
4.3 ATUAÇÃO JUVENIL NO MUNICÍPIO DE ARACOIABA.....	26
4.4 GRUPO DE JOVENS DA FUNDAÇÃO FÉ E ALEGRIA.....	28
5. METODOLOGIA	33
5.1 PROCEDIMENTOS ANALÍTICOS.....	34
5.1.1 A COLETA DOS DADOS E ESTABELECIMENTOS DAS INTERFACES CONCEITUAIS DE EMBASAMENTO DA PESQUISA.....	34
5.1.2 OS PROCEDIMENTOS TEÓRICOS E OS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	34
5.1.3 APLICAÇÃO DOS QUESTIONÁRIOS.....	34
6. ANÁLISE DOS RESULTADOS	35
7. CONSIDERAÇÕES FINAIS	39
REFERÊNCIAS	43
ANEXOS	45

1. Introdução

“O problema da cultura, ou ainda, das culturas, passa por uma atualização, tanto no plano intelectual, devido à vitalidade do culturalismo americano, quanto no plano político. Na França, e menos, nunca se falou tanto de cultura quanto - hoje (com relação à mídia, à juventude, aos imigrantes) e esta utilização da palavra, por mais sem controle que seja, constitui por si mesma um dado etnológico.”

(AUGÉ, 1988).

As palavras do pesquisador Marc Augé remetem a concepção de cultura a partir do pensamento iluminista francês, no qual caracteriza cultura como um estado de espírito cultivado pela instrução. A cultura, para eles, é a soma dos saberes acumulados e transmitidos pela humanidade, considerada como totalidade, ao longo de sua história (CUCHE, 2002). Todavia, também refletem o quanto a cultura possui um papel significativo na sociedade contemporânea. Nesse sentido, a cultura revela-se no centro de um debate cada vez mais abrangente que envolve toda a sua historicidade, sua epistemologia e sua interdisciplinaridade, a partir do cenário político, social e econômico das sociedades.

A palavra cultura vem da raiz semântica *colore*, que originou o termo em latim *cultura*, de significados diversos como habitar, cultivar, proteger, honrar com veneração. Até o século XVI, o termo era geralmente utilizado para se referir a uma ação e a processos, no sentido de ter “cuidado com algo”, seja com os animais ou com o crescimento da colheita, e também para designar o estado de algo que fora cultivado, como uma parcela de terra cultivada. A partir do final do século passado ganha destaque um sentido mais figurado de cultura, remetendo a ação de cuidar da pessoa em seus mais diversos aspectos e faculdades humanas.

A partir daí, a cultura tomou alicerce em três pilares fundamentais que giram em torno do desenvolvimento tecnológico, da preparação do cidadão sobre o contexto em que ele está inserido e o papel do mesmo enquanto ator crítico e reflexivo. Atuando de forma multidisciplinar com áreas como a pedagogia, a sociologia e a antropologia, a cultura é capaz de gerar sujeitos aptos a transformar o lugar em que vivem. Com efeito, a cultura é um espaço de construção da cidadania. Ademais, esse importante espaço constitui-se como um verdadeiro ambiente de formação social inerente a cultura como uma prática dialógica, transformadora e crítica.

Trazendo a questão cultural para o contexto do Estado do Ceará, percebemos que uma das grandes dificuldades encontradas para a promoção de programas e projetos na área é com relação à extensão territorial, o que acaba dificultando o desenvolvimento de ações efetivas em municípios situados em ambientes majoritariamente rurais que, na maioria das vezes, acabam não tendo as mesmas condições que os municípios mais próximos à capital Fortaleza, especialmente no que se refere a questão de infra-estrutura e propagação de informações. Isso motivou, por exemplo, que, ao longo dos últimos anos o processo de democratização cultural sofresse muitas modificações, principalmente, a fim de acompanhar as mudanças e as transformações sociais e, acima de tudo, sistematizar as orientações oriundas dos programas governamentais federais no que dizem respeito ao fomento da cultura, em especial, para a juventude.

É sabido, entretanto, que tais ações estão divididas entre os ministérios, de modo que sua limitação impede uma maior adesão dos municípios de pequeno porte. Sendo assim, um dos públicos mais interessados na área cultural, a juventude, encontra-se desamparado quanto a eficiência das ações voltadas para a área atualmente.

Isso não é diferente no município de Aracoiaba-Ceará. No total, segundo dados do IBGE, senso de 2010, cerca de 25.391 pessoas possuem residência na cidade, sendo que 11.654 pessoas residem na zona rural e 13.737 pessoas residem na zona urbana. Destes, aproximadamente 8.000 são jovens com idade entre 15 e 29 anos. Em divisão territorial datada de 17 de janeiro de 1991, o município é constituído de 9 distritos: Aracoiaba, Ideal, Jaguarão, Jenipapeiro, Lagoa de São João, Nilton Belo, Pedra Branca, Plácido Martins e Vazantes. Em termos culturais, historicamente o município sempre possuiu precariedade nos serviços prestados pela administração pública tanto em âmbito local como regional, fazendo com que em resposta a tal situação, a própria população se autoorganizasse para suprir a demanda no que diz respeito a disseminação de ações no seguimento cultura, principalmente o grupo correspondente aos jovens.

Nesse sentido, no presente trabalho, debruçamo-nos em analisar como a classe juvenil responde a falha do Estado em promover ações culturais que desenvolvam ou incentivam a cultura de modo geral, investigando o próprio papel do Estado como prestador de serviços públicos fundamentais a constituição de uma vida digna ao cidadão como um todo. Levando em consideração todas as formas de expressão cultural existentes no município, construindo uma ponte entre poder público e sociedade, o que acaba

transformando esse estudo em uma pesquisa reveladora sobre o contexto juvenil frente as ações da gestão pública e, também, discutirá até que ponto o desenvolvimento ou não de algumas medidas interferem no processo de construção da identidade do cidadão com a sua comunidade.

E é nessa tentativa de analisar esses aspectos anteriormente mencionados, que visualizamos espaço para o debate que orienta nossa pergunta, assim como, nosso objetivo de pesquisa central neste estudo, a saber:

- Como a juventude do município de Aracoiaba se autoorganiza frente à ausência do Estado como prestador de serviços públicos na área da cultura?

Derivam deste objetivo de pesquisa central os seguintes objetivos secundários:

- Analisar o Estado como prestador de serviços públicos;
- Identificar as formas pelas quais a juventude se autoorganiza como classe da sociedade civil;
- Analisar o trabalho desenvolvido pelos jovens no município de Aracoiaba;
- Compreender como o poder público responde a atuação do jovem enquanto grupo ativo da sociedade;

Tomando como campo de estudo principal a Fundação Fé e Alegria, situada no distrito de Vazantes, zona rural do município de Aracoiaba. A pesquisa se deu a partir da aplicação de questionários abertos com os jovens participantes dos projetos culturais existentes na organização, subsidiado por estudos bibliográficos a respeito do tema e por pesquisa documental acerca da instituição.

2. O Estado

2.1 Definição

A origem do termo Estado detém diversos sentidos, no entanto, a grande questão que envolve o tema diz respeito a sua formação cronológica. De fato, o que muitos autores se perguntam é quando surgiu o Estado. No século XVI, Maquiavel sugeria em sua obra “O Príncipe”, que o Estado consistia em sociedade política permanente, tomando como base a figura das cidades-estado (MAQUIAVEL, 2011). A ideia de que o Estado tenha nascido a partir da formação desse tipo de sistema político, integra uma das tantas teorias existentes acerca da sua constituição.

Na verdade, o surgimento do Estado pode ser tratado de diferentes ângulos. Dalmo Dallari (Elementos da Teoria do Estado, 2007) afirma que o Estado sempre existiu. Partindo desse pressuposto, é possível compreender que o Estado mesmo que minimamente, esteve sempre presente desde os pequenos grupos humanos até as grandes organizações sociais. Baseado na concepção de que o indivíduo desde os primórdios de sua existência, busca agrupar-se a seus semelhantes, seja com o intuito de garantir sua sobrevivência como ser vivo, seja como forma de suprir uma necessidade básica relativa à natureza humana.

Desse modo, a própria noção de sociedade seguiria a mesma linha, consolidando-se como algo existente desde o princípio da humanidade. Sendo assim, o Estado apresenta-se como forma básica de organização política e social de toda e qualquer sociedade, incorporando com o tempo, características mais amplas, podendo ser definido hoje como ente personalizado, com atribuições específicas atuando nas relações internas e externas de âmbito jurídico.

2.2 Elementos Constitutivos

O Estado se faz existente a partir da presença de três elementos fundamentais: o povo, o território e a soberania.

Segundo Paulo Bonavides (2000) o Estado constitui-se como ordem política da sociedade, sendo assim, não há como pensar Estado sem a figura daqueles que formam a sociedade em si, ou seja, o povo. Assim como o próprio termo Estado, a noção de povo é rodeada por diversas definições, variando conforme a abordagem de cada autor. O povo

surge como elemento humano do Estado, podendo ser entendido juridicamente como o grupo de indivíduos que possuem uma relação jurídica permanente com o mesmo. O povo é detentor do poder político, portanto, apresenta-se como autor das decisões estabelecidas pelo Estado ao passo que se encontra submetido a suas determinações.

Nesse sentido, o conceito de povo diferencia-se da imagem de população. Pois apesar de se configurar como todos aqueles que se encontram inseridos no território do Estado, a população não apresenta vínculo jurídico. Na verdade, a ideia de população é puramente demográfica e estatística. A compreensão da definição de povo também se distingue do que venha a ser a nação, que no caso, representa a união de indivíduos baseado em interesses e ideologias em comum.

Por sua vez, a nação se diferencia da concepção de população, à medida que não se resume apenas na presença de pessoas no mesmo contexto. No entanto, se assemelha quanto a inexistência de relação jurídica para com a ordem estatal. A nação envolve o sentimento de ligação cultural de um determinado povo com o Estado, forjando a concepção de identidade nacional e, por efeito de nacionalidade.

O território compõe a base física do Estado, ou seja, a área na qual o Estado deverá atuar, onde por consequência, está situado o povo. Sendo assim, também representa os limites de jurisdição do Estado. Pode-se concluir que a unidade territorial do Estado, é uma unidade jurídica, não geográfica ou natural (KELSEN, 2000). O território é responsável por fornecer ao Estado recursos materiais necessários para desempenhar seu papel, é sob o território que o Estado exerce sua soberania.

A soberania consiste na ordem interna do território, dessa forma, rege a legitimidade das ações do Estado, a partir da vontade do povo. A soberania deve ser entendida como aspecto jurídico do poder geral no Estado, ao qual, efetiva-se o poder absoluto de orientar-se e organizar-se, fazendo com que se cumpra suas decisões segundo a vontade emanada do povo. A soberania é o atributo do poder estatal que confere a este, poder e caráter de superioridade frente a outros núcleos de poder que atuam dentro do Estado como já dizia Portela (2015). O poder advindo da soberania é supremo, único e indivisível, compete somente à figura do Estado, não podendo ser delegado ou revogável.

Sem a presença de tais elementos, o Estado torna-se nulo, pois à medida que sem o povo não há necessidade de se estabelecer normas e regras, na ausência do território não

há meios de se atuar, assim como sem a presença da soberania não há como exercer poder. Hoje, muitos autores defendem a inserção de um novo elemento constitutivo, além dos três já citados, quer seja a finalidade.

2.3 Finalidade

Se tudo que existe possui uma razão de ser que justifique sua existência, a finalidade consiste exatamente nos fins ou objetivos que formam o Estado. Nessa perspectiva o que há de se levantar como questão é quais seriam esses fins. Na verdade, entre os autores que defendem essa tese, não se faz presente um consenso de teorias, o que existe são conceitos que podem ou não se complementar a partir da análise abordada.

Em termos gerais, pode-se afirmar que o Estado propõe-se, principalmente, a zelar pelo bem comum do seu povo. No caso específico do Brasil, os fins e objetivos do Estado, que se identifica como Estado democrático de direito, no qual todos que integram a organização estatal estão diretamente submetidos as suas normas e regras, encontram-se dispostos no artigo 3º da Constituição Federal de 1988:

Art. 3º Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil:

I – construir uma sociedade livre, justa e solidária;

II – garantir o desenvolvimento nacional;

III – erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais;

IV – promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação.

Nesse contexto, é possível que se confunda os objetivos do Estado com suas atribuições, ou seja, qual o intuito do Estado e quais as suas responsabilidades como ordem jurídica. Assim sendo, faz-se necessário compreender quais são e como são exercidas as funções do Estado.

2.4 Atribuições

O Estado é composto por poderes segregados que se refletem como derivados do poder maior, a soberania. Montequieu, em 1748 já idealizava a separação de tais poderes em sua obra *L'Esprit dês Loi*. Segundo o filósofo, para manter a autonomia, o Estado deveria dividir suas funções no âmbito da sociedade de modo que houvesse liberdade de competência entre seus órgãos representativos.

Desse modo, constitui o Estado os poderes: Legislativo, Executivo e Judiciário, sendo o Legislativo incumbido de elaborar as leis e normas que regem a sociedade. O Executivo responsável pela aplicação das regras instituídas pelo Legislativo e por fim, o Judiciário com a função de garantir a correta aplicação das regras pelos agentes competentes.

É primordial que haja equilíbrio entre a atuação de cada poder, de forma que não se permita a existência de supremacia de um poder em relação a outro, conforme consta na Constituição: são Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Executivo, Legislativo e o Judiciário (art. 2º). A repartição dos poderes é característica básica de países que adotam como regime político o Estado Federado.

Os Estados Federados se resumem como formas políticas descentralizadas, onde o poder político do Estado é dividido em diferentes entidades federadas dotadas de autonomia. No Brasil, temos: A União, na qual se concentram os assuntos de níveis nacionais, os Estados, responsáveis pelas matérias de nível regional e os Municípios que tratam dos interesses de domínio local. Cada uma dessas esferas de poder que congregam o Estado possui o direito da livre escolha de seus dirigentes.

Nesse sentido, cada esfera de poder detém autonomia para se autoorganizar e se autoadministrar, através da escolha livre e democrática de seu próprio governo. Essa autonomia permite que as entidades federativas sejam responsáveis pelo atendimento das necessidades dos cidadãos de forma única e inconfundível. Isso significa que tanto a União, como os Estados e os Municípios devem ser capazes de oferecer serviços públicos inerentes a sua competência, de acordo com sua finalidade de atuação.

Serviço público é toda atividade de oferecimento de utilidade ou comodidade material destinada à satisfação da coletividade em geral, mas fruível singularmente pelos administrados, que o Estado assume como pertinente a seus deveres e presta por si mesmo ou por quem lhe faça às vezes, sob um regime de Direito Público [...]. (MELLO, 2004, p. 620).

O serviço público pode ser entendido como a oferta por parte Estado, de bens e/ou produtos demandados pelo todo de uma sociedade, através de órgãos próprios ou subordinados. O Estado, nessa perspectiva, deve ainda ser tratado visando à repartição de seus segmentos políticos (União, Estados e Municípios), de modo que se admita identificar e compreender a dimensão e alçada de cada nível quanto ao atendimento das necessidades da população e, por conseguinte, da prestação dos serviços públicos propriamente ditos.

Sendo assim, cabe aos Municípios especificamente, conforme os ditames do art. 30 da Constituição Federal:

- I - legislar sobre assuntos de interesse local;
- II - suplementar a legislação federal e a estadual, no que couber;
- III - instituir e arrecadar os tributos de sua competência, bem como aplicar suas rendas, sem prejuízo da obrigatoriedade de prestar contas e publicar balancetes nos prazos fixados em lei;
- IV - criar, organizar e suprimir distrito, observada a legislação estadual;
- V - organizar e prestar, diretamente ou sob regime de concessão ou permissão, os serviços públicos de interesse local, incluído o de transporte coletivo, que tem caráter essencial;
- VI - manter, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, programas de educação pré-escolar e de ensino fundamental e, ainda, atendimento especial aos que não freqüentaram a escola na idade própria;
- VII - prestar, com a cooperação técnica e financeira da União e do Estado, serviços de atendimento à saúde da população;
- VIII - promover, no que couber, adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano;
- IX - promover a proteção do patrimônio histórico-cultural local, observada a legislação e a ação fiscalizadora federal e estadual e apoiar a atividade cultural.

Nesse cenário, fica a cargo dos Municípios suprir as demandas que emanam do povo em jurisdição local, buscando promover o atendimento das necessidades dos munícipes, obedecendo aos princípios da administração pública (publicidade, eficiência,

impessoalidade, moralidade e legalidade), configurados também na Constituição brasileira.

3. Juventude, Sociedade e Estado

3.1 Juventude e Política no Contexto Social

Na concepção das sociedades clássicas grego-romanas, etimologicamente a palavra *juvenis* vem de *aeoum*, cujo significado é: “aquele que está em plena força da idade”. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), é considerado jovem o indivíduo que possui idade entre 15 e 29 anos. A juventude é a fase da vida mais marcada por ambivalências, pela convivência contraditória dos elementos de emancipação e de subordinação que emergem em conflito a partir do meio ao qual o jovem encontra-se inserido. Desse modo, é possível perceber através dos trabalhos que abordam o tema juventude, que o jovem é tratado de forma antagônica, principalmente pela mídia.

Historicamente, o jovem aparece como sujeito detentor do poder de transformação e mudanças de seu contexto social, como um herói, que surge para livrar a pátria de todos os males existentes. Com a bandeira da revolução nas mãos, tem o dever de combater todas as formas de opressão instituídas na sociedade. Por outro lado, hoje, a juventude vem sendo considerada um seguimento problemático, uma classe que a cada dia constrói uma identidade mais supérflua, influenciada pela tecnologia e pelos meios de comunicação, um grupo de frágil representação política, atores passivos do sistema econômico e acima de tudo, alvos fáceis das questões que envolvem fundamentalmente a desigualdade social no país.

Torna-se perceptível o quanto o tema juventude vem ganhando espaço na atualidade a partir dessas duas visões distintas. No entanto, há um elo em comum que liga diretamente essa dicotomia social (herói-vilão) na qual se baseia a juventude, quer seja a política. O Brasil caracteriza-se como um Estado Democrático, ou seja, apresenta seu regime político pautado no povo, no poder que emana dos indivíduos que formam a sociedade brasileira como um todo. Na fase contemporânea, política e democracia caminham de mãos dadas. Nesse momento a figura do jovem herói faz-se presente, como grupo responsável pelo resgate dos direitos da sociedade. Tal ideia fundamenta-se na atuação efetiva que a juventude desempenhou durante eventos marcantes para a história do país, como o período da ditadura militar, ou ainda, da era Collor, que notoriamente

revelou a força que jovens organizados detêm em um sistema político, ressaltando o papel dos cara-pintada.

No entanto, o país atravessa o terceiro milênio carregando consigo uma grande e antiga dívida social, a República ainda não se mostrou eficaz na satisfação das necessidades básicas dos cidadãos. Uma das maiores crises que rodeia hoje a política, além da corrupção que revela-se no centro de qualquer debate sobre o assunto, consiste no fato de a política não conseguir realizar suas promessas. Desse modo, o jovem passa a ser visto como vilão, apático as mazelas enfrentadas pela sociedade e alheio aos problemas sociais que tangem os embates políticos diários, a juventude que antes trazia consigo vestígios de uma participação ativa e norteadora nas questões político/sociais, passa a ser vista como grupo de risco, influenciável e suscetível aos ímpetos da marginalidade e da violência que assolam a realidade das famílias brasileiras.

O que se há de entender nesse processo, é a tentativa de desconstruir o estereótipo de jovem brasileiro fabricante de um futuro coletivamente utópico e irreal, onde não há disfunções políticas, econômicas e sociais e toda e qualquer problemática anula-se graças a existência da juventude como força geradora de transformação. O que de fato deve-se pensar é, como a sociedade vem enxergando a juventude e os seus atos? Hoje, a participação política dos jovens pode não chamar tanta a atenção para as redes e canais de televisão como no passado, por não carregar consigo os impactos dos combates corpo-a-corpo aos quais se submeteram os jovens que antecederam nossas décadas, mas como mensurar de fato a participação do jovem na política?

A percepção propagada pela mídia ou pelos próprios grupos políticos dominantes de que os jovens da geração atual estão cada vez mais distanciados da política, pode passar de mais uma tentativa de se criar um mito em volta da juventude que impreterivelmente precisa ser analisado e discutido. Não há bases estatísticas que comprovem, por meio de estudo científico, as taxas de participação dos jovens. É extremamente necessário que se verifique com mais atenção, a hipótese de que o interesse do jovem na vida política se mantenha alto também nos dias atuais, mas que tenha passado a se manifestar em canais diferentes dos tradicionais. O fato, é que a descrença no sistema, nas leis, nos políticos e em seus partidos não configura fenômeno exclusivo da juventude.

Existe uma ampla diversidade de formas de atuação coletiva entre os jovens, dos mais variados tipos e com diferentes raios de abrangência: os grupos culturais, as equipes

de ação comunitária, ou de trabalho voluntário, as entidades estudantis, as ONGs, os movimentos sociais em geral, as redes de cooperação e solidariedade, etc. Sendo assim, o desafio que se coloca frente a este debate, é a criação de mecanismos de apoio e reconhecimento da diversidade de formas de atuação dos jovens, abrindo espaços para sua participação na definição e implantação das políticas públicas.

3.2 Políticas Públicas de Juventude

No Brasil, as políticas públicas voltadas para os jovens foram desenvolvidas há pouco tempo atrás. Com foco inicial na área da educação, também buscou tratar da assistência social dos grupos juvenis em maior situação de vulnerabilidade. No entanto, tais políticas conseguiram obter em sua grande parte resultado negativo, tendo em vista que agravou o estado de desigualdade entre os jovens quando atenderam dentro das propostas de reforma através da educação, a juventude de classe média alta do país, ao passo que direcionava para o público de “risco” apenas as políticas assistencialistas propriamente ditas.

O ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente, instrumento de proteção e garantia dos direitos das crianças e adolescentes surgiu como resultado das discussões geradas nas décadas de 70 e 80 resultado do advento da ditadura militar que pôs em debate a situação desse segmento na sociedade. O ECA, deu origem a diversos sistemas de defesa da criança e do adolescente dentro das esferas públicas, todavia, os aspectos relacionados aos jovens com faixa etária acima de 18 anos só ganharam visibilidade a partir dos anos 90, impulsionados pelo aumento nos índices de exclusão social do jovem, acarretando em um aumento de sua participação em atividades ilícitas de caráter violento. Em contrapartida, o assunto também entrou em pauta, como consequência da ação dos grupos de jovens, que naquele momento passaram a atuar nas áreas de jurisdição pública como a educação, a cultura e o lazer, paralela a performance do Estado, passando a cobrar do mesmo maiores respostas quanto a deficiência no atendimento das demandas sociais.

Nesse cenário, programas financiados por instituições estatais e/ou não estatais começaram a surgir, apoiados por organizações de cooperação internacional em parceria com o setor público, setor privado e terceiro setor, assim como pela ONU – Organização das Nações Unidas. Tais programas tinham como objetivo detectar os problemas mais graves enfrentados pelos jovens, buscando implantar soluções efetivas e viáveis. Avanços mais recentes demonstram um maior interesse do Estado quanto à elaboração de planos

específicos dentro dos Poderes Executivo e Legislativo para atuar junto ao seguimento da juventude, tanto em âmbito Municipal, como Estadual e Federal.

Na realidade, durante muito tempo a questão juventude foi sufocada pela problemática social das crianças e dos adolescentes no país. Em seguida, todos os esforços empregados no atendimento das questões juvenis, inclinadas aos jovens com idade acima de 18 anos propriamente dito, tenderam a seguir os estereótipos estabelecidos da dicotomia jovem herói, com marcas da participação da juventude engajada em lutas e reivindicações sociais passadas e acima de tudo do jovem vilão, taxado e marcado por problemas de uma realidade de exclusão e apatia na sociedade.

O emprego de ações voltadas exclusivamente para os jovens em âmbito federal, se deu especificamente a partir de 1997, com projetos pontuais de pequeno prazo e visão imediatista envolvendo esporte, arte e cultura, por exemplo, que possuíam o intuito de trabalhar a parte jovem que integra a margem da sociedade, mais suscetíveis aos males resultantes da exclusão econômica que gera efeitos imediatos na sua participação no contexto social. Já em fevereiro de 2005, foi criada a Secretaria Nacional de Juventude (SNJ), órgão executivo ligado à Secretaria-Geral da Presidência da República, em prol da articulação dos programas federais de juventude existentes em diversos órgãos do Governo Federal e o Conselho Federal de Juventude – Conjuve (vale salientar, que os Conselhos de Juventude Estaduais e Municipais, quando existentes e efetivos, auxiliam na promoção e desenvolvimento de ações voltadas para a juventude no campo regional e local), órgão de articulação entre o governo e a sociedade civil, consultivo e propositivo. A Secretaria Nacional de Juventude (SNJ) e o Conselho Nacional de Juventude (Conjuve) foram instituídos pela Lei 11.129. Juntos, a Secretaria, o Conselho e o Projovem formaram o tripé inicial da Política Nacional de Juventude.

A categoria da juventude brasileira durante muito tempo foi associada ao seguimento adolescência, com uma visão quase que exclusivamente voltada para a situação de risco que o adolescente vivia no país. Nesse sentido, todas as políticas públicas criadas (voltadas quase que unicamente para a área da educação), em sua maioria careceram como ainda carecem hoje de maior coordenação no seu processo de elaboração e implantação e, sobretudo, uma definição mais clara referente à juventude, que abranja uma estratégia de planejamento voltada para o atendimento das demandas juvenis baseadas no diálogo com o jovem, sem enaltecer as barreiras existentes em seu meio,

colocando o Estado lado a lado da classe, reconhecendo a importância de se firmar um compromisso maior com a mesma, buscando garantir acima de tudo, o acesso igualitário a todos os produtos e serviços públicos nas mais diversas áreas sociais inerentes a construção dos quesitos básicos de uma vida digna. A partir da análise do quadro acima, torna-se nítido a carência de projetos voltados para o eixo cultural, chamando nossa atenção para a defasagem do campo.

3.3 Cultura como Direito

A cultura como elemento fundamental de uma sociedade, representa o modo de vida, as práticas e os costumes de uma determinada região, além de caracterizar a identidade de um povo. O fomento e a promoção das diversas expressões culturais estão garantidos explicitamente no artigo 215:

O Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional, e apoiará e incentivará a valorização e a difusão das manifestações culturais.

§ 1º O Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo civilizatório nacional.

§ 2º A lei disporá sobre a fixação de datas comemorativas de alta significação para os diferentes segmentos étnicos nacionais.

§ 3º A lei estabelecerá o Plano Nacional de Cultura, de duração plurianual, visando ao desenvolvimento cultural do País e à integração das ações do poder público que conduzem à: (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005)
I defesa e valorização do patrimônio cultural brasileiro; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005)

II produção, promoção e difusão de bens culturais; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005)

III formação de pessoal qualificado para a gestão da cultura em suas múltiplas dimensões; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005)

IV democratização do acesso aos bens de cultura; (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005)

V valorização da diversidade étnica e regional. (Incluído pela Emenda Constitucional nº 48, de 2005)

As atividades de produção e promoção da cultura, assim como da arte, são aspectos fundamentais do cotidiano do jovem. Juntos, formam campos de construção da formação ideológica, da inclusão, da geração de valores e da criação de linguagens e

códigos próprios da juventude. Uma área que permite ao jovem ser quem realmente ele é, sem amarras sociais, no qual o mesmo tem a oportunidade de expressar seus devaneios quanto ao contexto social ao qual encontra-se diretamente ou indiretamente inserido, regrado apenas por suas próprias convicções. Desse modo, torna-se inadmissível que se trate um espaço como esse apenas como um fator de diversão para a vida dos jovens.

A maioria das pesquisas realizadas com foco na área da juventude apontam para insatisfação do jovem quanto a falta de equipamentos e recursos voltados para sua inserção junto as atividades culturais e artísticas, principalmente nas pequenas cidades, situadas na maioria das vezes distantes da capital, o que dificulta o acesso e o contato dos jovens a aparatos que propiciam uma vivência única e construtiva, que geram maior democratização cultural para o seguimento. A implantação das políticas educacionais e culturais refletem um paradoxo que deve ser avaliado e discutido amplamente, pois no fim acabam gerando um efeito reverso ao planejado, a partir do momento que seus resultados invertem-se. O que se deve tratar aqui são as formas e os meios de implantação de tais políticas, considerando que as mesmas acabam promovendo de algum modo uma situação de desigualdade ao passo que pensadas em âmbito nacional, permitem o acesso apenas de uma parte da juventude, diga-se de passagem, aquela detentora de recursos e conhecimentos que garantem sua permanência sempre em situação de beneficiário e favorecido dos programas e projetos sociais, aquele grupo residente da zona urbana, geralmente munícipes dos grandes centros ou capitais.

A falta de condições e de opções para o jovem que deseja ter contato com qualquer uma das diversas formas de manifestação cultural existentes em uma sociedade, agrava a situação de desigualdade onde se encontra o grupo ao qual se busca atender, indo em desencontro ao objetivo fundamental da política pública de democratização cultural no plano da juventude. A partir daí, é normal que os jovens busquem alternativas para suprir suas necessidades na área através da realização de grupos interessados em compartilhar movimentos dentro da musicalidade, da dança, do teatro, da capoeira, etc. como forma de se auto incluírem no processo de legitimação cultural, tendo em vista que as relações com a cultura fazem parte da construção de sua identidade social.

Mais que a criação de programas de fomento cultural para a juventude, que na maioria das vezes, estão fadados ao fracasso por conta de questões relacionadas desde o planejamento, a sua coordenação, implantação e avaliação, o que se deve pensar hoje, são

formas de apoiar e incentivar os grupos juvenis que já atuam nas mais diversas regiões do país, através da identificação dos mesmos como atores protagonistas de políticas sociais, proporcionando com isso um espaço capaz de oferecer os mecanismos necessários para o desenvolvimento e a continuidade dos trabalhos realizados, respeitando as peculiaridades de cada ação, como forma de combater a privatização do campo cultura. O estabelecimento da cultura como instrumento de promoção de liberdades básicas, não somente da juventude, mas também, da sociedade em geral, deve estimular a multiplicação de espaços públicos de reconhecimento e de construção das identidades sociais, tendo em vista que a democratização da cultura infere a possibilidade de acesso a bens, gêneros e modalidades que sejam legítimas socialmente.

4. Estudo de Caso

4.1 Formas de Organização Juvenil

Na sociedade, a crença de que o jovem contemporâneo não participa ativamente da vida política assim como não se interessa pelos fatos sociais, caracteriza-se através do senso comum, tendo em vista que não há meios científicos capazes de mensurar e comprovar quantitativamente os índices de participação juvenil nos adventos sociais, econômicos e políticos do país. Todavia, é evidente que a globalização e os avanços trazidos pela tecnologia nas últimas décadas, desencadearam uma revolução na forma de se expressar da população como um todo, de modo que a juventude encontra hoje, mecanismos diferenciados de avaliar e se posicionar quanto aos acontecimentos que envolvem a sociedade.

Evidentemente, não teremos 100% dos jovens brasileiros engajados nas discussões e nos processos sociais, no entanto, é preciso questionar sobre aqueles que se dispõem a fazer parte de tais embates e o quanto os mesmos encontram-se motivados no sentido de participar, seja dentro dos espaços institucionalizados e tradicionais existentes, seja dentro de espaços criados pela própria juventude, de modo que o Estado seja capaz de identificar e apoiar tais manifestações. Dentro do modelo de gestão democrático, a juventude possui diversas formas de se expressar, principalmente de forma voluntária, a partir da participação em Organizações Não Governamentais ONGs, Associações, Fundações, Grupos Culturais etc. O Terceiro Setor, constituído por tais organizações, que têm por objetivo promover serviços de utilidade pública, apresenta-se como grande campo de atuação juvenil.

As ONGs surgiram no Brasil em meio ao processo de redemocratização política que se deu após o período da Ditadura Militar (1964-1985) ganhando verdadeira força a partir da década de 90. Inicialmente, as ONGs detinham um caráter assistencialista, hoje atuam em espaços nos quais o Estado por algum motivo deixa de agir, seja nas áreas que envolvem a educação, o esporte, a cultura, o meio ambiente etc. as organizações sem fins lucrativos são particulares ou públicas, desde que não tenham como principal objetivo a geração de lucros e, que se houver geração de lucros, estes sejam destinados para o fim a que se dedica a organização não podendo este ser repassado aos proprietários ou diretores da organização.

As ONGs nascem a partir da organização da sociedade civil articulada, como forma de suprir as demandas sociais que o Estado não atende. O foco das ONGs na temática juvenil também surge em meados dos anos 90, proporcionado pela falha do Estado em fomentar ações voltadas para os indivíduos com idade acima de 18 anos. Desse modo, as ONGs começam a tratar o jovem como protagonista apoiando e incentivando sua participação de forma consciente e ativa na sociedade.

As associações podem ser entendidas como a reunião de diversos grupos de pessoas que buscam atingir uma determinada finalidade em comum. O artigo 53 do Código Civil assim define as associações:

Art. 53 - Constituem-se as associações pela união de pessoas que se organizem para fins não econômicos.

Parágrafo único – Não há, entre os associados, direitos e obrigações recíprocos.

Art. 54 – Sob pena de nulidade, o estatuto das associações conterà:

I - a denominação, os fins e a sede da associação;

II - os requisitos para a admissão, demissão e exclusão dos associados;

III - os direitos e deveres dos associados;

IV - as fontes de recursos para sua manutenção;

V – o modo de constituição e de funcionamento dos órgãos deliberativos;

VI - as condições para a alteração das disposições estatutárias e para a dissolução;

VII – a forma de gestão administrativa e de aprovação das respectivas contas.

Assim como as ONGs, em consonância com as características das entidades que compõem juntas o terceiro setor, as associações não visam o lucro como produto de suas ações. As associações também se dirigem ao atendimento de áreas assistencialistas, ecológicas, ambientais, educacionais, etc. Pautada por estatuto próprio a maioria das associações voltadas para os jovens no Brasil, se restringem a tratar das questões relacionadas ao campo, a atender as demandas da juventude residente dos territórios rurais do país.

As fundações caracterizam-se como entidades de direito privado com fins sociais. Elas são administradas segundo as determinações de seus fundamentos e criadas por vontade de um instituidor, que pode ser pessoa física ou jurídica capaz de designar um patrimônio no ato da sua constituição. Conforme estabelece o art. 62 do novo Código Civil:

“Para criar uma fundação, o seu instituidor fará, por escritura pública ou testamento, dotação especial de bens livres, especificando o fim a que se destina, e declarando, se quiser, a maneira de administrá-la”.

E complementa em seu parágrafo único ao dispor sobre os objetivos sociais que deverá perseguir:

“A fundação somente poderá constituir-se para fins religiosos, morais, culturais ou de assistência.”

As fundações apresentam-se como um dos meios sociais de atuação juvenil, reiterando seu papel altruísta, configuram-se como atores da sociedade civil provendo ações que a priori, deveriam constar como responsabilidades exclusivas do Estado.

A participação da juventude nos movimentos supracitados pode aparentemente refletir-se de forma incipiente, no entanto, existem diversas formas de participação juvenil paralelas ao trabalho das instituições tradicionalmente conhecidas pela sociedade, como são os casos dos grupos culturais autônomos. Grupos formados por jovens de determinada região que se reúnem para realizar algum tipo de atividade ou ação cultural que represente o seguimento independente da promoção ou incentivo de políticas públicas ou da intervenção estatal. A maioria desses grupos, ascende por meio de jovens que possuem alguma característica em comum e partilham do desejo de promover e gozar de espaços voltados à manifestações culturais, sem vínculo direto com a administração pública. Desse modo, a juventude encontra através da articulação em grupo, mecanismos

de burlar a problemática governamental, atendendo as demandas sociais através de suas próprias ações.

4.2 Município de Aracoiaba

Aracoiaba é um município brasileiro, situado no território nordestino, centralizado no Estado do Ceará. Localizada na microrregião do Maciço de Baturité, faz parte dos treze municípios que compõem o Pólo da Serra de Guaramiranga (Pacoti, Palmácia, Guaramiranga, Mulungu, Aratuba, Capistrano, Itapiúna, Baturité, Aracoiaba, Acarape, Redenção, Barreira e Ocara). Segundo dados do IBGE, Aracoiaba possui aproximadamente 26.134 mil habitantes (IBGE, 2015) e encontra-se acerca de 79 km de distância da capital do Estado, Fortaleza.

O nome Aracoiaba faz referência ao rio que atravessa o município e que significa em tupi-guarani ara (ave), cói (falar) e aba (lugar), ou seja, lugar onde as aves cantam. A origem do município remonta a época dos Jesuítas, que viviam na região do Maciço de Baturité, num local chamado “Comum”, (hoje Olho D’água dos Padres Jesuítas). Mais tarde o município tornou-se conhecido como “Canoa”, fazendo ainda menção às transações realizadas ao longo do rio.

Em seus primórdios, Ocara e Aracoiaba formavam um só município, após um processo de lutas, Ocara atingiu sua emancipação. Todavia, hoje, Aracoiaba ainda carrega o título de maior município da região em termos territoriais. Atualmente, sua principal atividade econômica, concentra-se nas facções de jeans, no comércio incipiente e na agricultura pouco desenvolvida.

Caracterizando-se como um município de pequeno porte, Aracoiaba oferece serviços básicos inerentes à administração pública local, dependendo diretamente dos repasses mensais advindos da União, conta a nível municipal, somente com a arrecadação do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU).



Figura 1- Mapa do Município de Aracoiaba
Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

4.3 Atuação Juvenil no Município de Aracoiaba

Na cidade de Aracoiaba, temos a chance de compreender na prática a atuação de algumas das instituições representantes do terceiro setor que são formadas pelos próprios jovens munícipes. A Associação de Jovens de Aracoiaba - AJA, surgiu de uma conversa entre alguns amigos preocupados com a incidência do consumo de drogas e o aumento espantoso do número de pequenos delitos entre os jovens do referido município. Aracoiaba sempre foi uma cidade pacata do interior do Estado do Ceará, todavia, não está imune as disfunções advindas do processo de globalização e do reflexo do aumento gradativo da questão da desigualdade social no país. Aracoiaba mesmo apresentando-se como um município de pequeno porte, vem crescendo ao longo do tempo como lógica do processo de expansão territorial, desse modo, a população sofre diretamente com as consequências desse fenômeno.

Como uma forma de resposta, a AJA começou suas atividades informalmente em julho de 2008 aproveitando as férias escolares. A idéia inicial era tirar os jovens da ociosidade oferecendo aos mesmos, oficinas culturais e esportivas. Foram desenvolvidas as seguintes atividades: dança, capoeira, teatro, canto, violão, informática educativa, futsal masculino e vôlei feminino e masculino. O público alvo consistia em adolescentes com idade estipulada a partir de 12 anos que totalizaram ao final um grupo de mais de 200 (duzentos) jovens. A Prefeitura Municipal de Aracoiaba foi uma grande parceira nesse momento, pois cedeu alguns espaços públicos pelos quais tornou-se possível realizar diversas atividades, como foi o caso das escolas e da quadra poliesportiva. Afora,

a Prefeitura Municipal também disponibilizou alguns materiais para auxiliar na execução das ações, como bolas e violões que serviram para dar suporte nas oficinas propostas. Ao fim das férias, houve um grande clamor por parte dos jovens engajados nas atividades para que as oficinas continuassem acontecendo.

Desse modo, tendo como objetivo afastar os jovens aracoiabenses das drogas e da criminalidade, através de atividades que os tirem da ociosidade, desenvolvendo nos mesmos, habilidades esportivas, culturais, sociais e profissionais com uma estrutura adequada que pudesse despertar o espírito de superação e solidariedade, a AJA, tornou-se uma instituição legal que durante um bom tempo atuou no município desenvolvendo projetos voltados especialmente para o público jovem. Algumas oficinas permaneceram, como foi o caso da capoeira, da dança, do futsal masculino, do vôlei masculino e feminino, das aulas de violão e da oficina de teatro.

Atendendo um total aproximado de 200 jovens, com faixa etária a partir de 12 anos, a AJA buscou trabalhar junto a Prefeitura Municipal, desenvolvendo projetos sociais direcionados para a juventude, promovendo oficinas, propondo projetos e participando de eventos com os mesmos. No entanto, apesar da equipe de monitores que atuavam voluntariamente nas oficinas, a maioria das atividades da associação estavam centradas na pessoa da presidente da organização, a então jovem Waldiana Maria Paz, que apesar de ser de família aracoiabense, só passou a morar no município no início de 2008 quando começou os trabalhos com a associação. Desse modo, quando a mesma deixou a instituição alguns anos seguinte devido a realização de uma viagem internacional, a AJA chegou ao fim, encerrando suas atividades com os jovens.

Apesar da AJA não estar mais ativa, os jovens ainda encontram formas de se autoorganizarem, mesmo que de forma autônoma, ou seja, sem ter como base uma instituição legal, para praticar e vivenciar formas de cultura no município.

4.4 Fundação Fé e Alegria

Fé e Alegria nasceu no bairro popular de Cátia, em Caracas (Venezuela), onde o jesuíta, Pe. José María Veláz e estudantes da universidade jesuíta UCAB (Universidade Católica Andrés Bello), costumavam prestar assistência social aos moradores. Uma vez que naquele bairro já não havia terrenos livres para novas edificações, o pedreiro Abraham Reyes colocou à disposição a casa que há sete anos ia construindo para a sua

família de oito filhos. Atribui-se ao próprio Abraham a expressão "Fé e Alegria", como atitudes que deveriam assegurar a escola, que teve início dia 5 de março de 1955, com 100 crianças sentadas no chão e 70 meninas no andar superior, sem carteiras nem quadro-negro, tendo como professoras duas moças do bairro, de 16 anos de idade.

O movimento foi rapidamente se ampliando em áreas marginalizadas de Caracas, em casebres alugados, no cimo dos morros, ao lado de lixões, aonde ninguém queria ir. Prontamente, a população local começou a organizar mutirões para construir escolas e fabricar móveis escolares. Nove anos depois de iniciado, o movimento (patrocinado pela Companhia de Jesus) começou a ser assumido pelos jesuítas de outros países da América Latina, que passaram a motivar congregações religiosas - femininas em maior parte - mas também masculinas, a assumiram centros educativos nas áreas marginalizadas. Com pouca diferença de tempo, Fé e Alegria foi se estendendo pelos diversos países: Venezuela (1955); Nicarágua (1974); Argentina (1995); Equador (1964); Guatemala (1976); Honduras (2000); Panamá (1965); Brasil (1981); Itália (2001); Bolívia e Peru (1985); Espanha (2005); Chile (1969); El Salvador (1990); República Dominicana (1971); Haiti (2006); Colômbia (1971); Paraguai (1992); Chade (2007) e Uruguai (2009). Em 2014 existia pedidos de criação de Fé e Alegria em mais três países da África: Madagascar, Sudão do Sul e Congo.

Em 1985 criou-se a Federação Internacional Fé e Alegria, com sede atualmente em Bogotá, integrando 17 países da América do Sul, Central e Caribe, dois países da Europa e um da África, num total de 20 países federados. Os dados estatísticos de 2013 registram 1.498.531 participantes em cerca de 4 mil centros educativos e sociais, em 3.018 pontos geográficos, com o apoio de 42.744 pessoas. Fé e Alegria começou no Brasil com uma creche em Mauá (São Paulo), criada por lideranças leigas que haviam conhecido esse trabalho na América Central. O aniversário oficial de Fé e Alegria no Brasil é 8 de maio de 1981, quando foi constituída como Fundação. Seu primeiro presidente foi o Pe. Luiz Fernando Klein, seguido dos PP. Paulo Englert, Paulo D'Elboux, Raimundo Kroth, Pedro Canísio Schroeder, Carlos Fritzen e atualmente o Pe. Alvaro Augusto Negromonte Pereira. Estatísticas de Fé e Alegria no Brasil em 2014 apontam sua presença em 21 municípios de 16 Estados, em benefício de cerca de 21 mil participantes, através da ação educativa e social de 618 colaboradores.

Fé e Alegria é um movimento internacional de educação popular integral e promoção social, baseado nos valores de justiça, liberdade, participação, fraternidade,

respeito à diversidade e solidariedade, dirigido à população empobrecida e excluída para contribuir com a transformação das sociedades. O empenho de Fé e Alegria é proporcionar uma educação de qualidade para os mais empobrecidos, crianças, adolescentes, jovens e adultos. Para isso, instala nas áreas marginalizadas centros de educação e promoção social, que oferecem conforme os anseios das comunidades locais, programas de educação formal, educação não-formal e educação comunitária. Fé e Alegria conta em primeiro lugar com a co-responsabilidade da comunidade local e a partir daí estabelece convênios com governos municipais e estaduais, assim como apresenta projetos de financiamento a pessoas, grupos e instituições, nacionais e estrangeiras. Fé e Alegria baseia-se na convicção de que a educação é um direito de todas as pessoas, sendo sempre um bem público e busca promover ações de fomento a cultura.

A proposta pedagógica de Fé e Alegria centra-se na pessoa como primeira interessada e construtora do seu desenvolvimento integral. Inspira-se na Pedagogia Inaciana, tal como é apresentada pelos Jesuítas, nos aportes da Educação Popular e em outros enfoques psicopedagógicos que podem favorecer a consecução da meta proposta. Fé e Alegria atua em três círculos concêntricos. O círculo imediato é o centro ou unidade educativa ou social, o segundo é o entorno onde este se situa e o terceiro é o da sociedade, que trata de mobilizar, a fim de assumir a causa da educação de qualidade para os mais necessitados.

Em Vazantes, o histórico de Fé e Alegria registra nove anos de existência, constada oficialmente como pessoa jurídica. Pode-se dizer que a instituição foi fruto do movimento “Vazantes Vive”, uma construção coletiva que envolveu a comunidade unida em prol do bem comum, e que reavivou o distrito de Vazantes. Vazantes compõe um dos 9 distritos do município de Aracoíaba, situado a aproximadamente 20 km da Sede da cidade. Vazantes apresenta-se como uma zona rural recheada de histórias e de conquistas, o distrito é conhecido pela característica empreendedora de seus cidadãos, que apesar de se basearem em uma economia agrícola de subsistência, buscam atuar nas áreas comerciais de forma conjunta reiterando a ideia do crescimento coletivo.

Vazantes, embora seja um distrito, tem uma tradição de esforço e empenho na área do desenvolvimento comunitário e educacional, buscando qualidade e desenvolvimento social. Nesse terreno fértil, foi plantada a semente de “Fé e Alegria”, contando com a visão de um filho da terra, o jesuíta Pe. Pedro Rubens e com a experiência de Raimunda Cadó, coordenadora Executiva- Fé e Alegria RN em visita a Vazantes. Em 2005, um

grupo de lideranças da comunidade manifestou um grande potencial expresso em atos bem concretos e voluntários com a doação de casas e terrenos, mobilizando conseqüentemente, diversos apoios e incentivos externos, tanto nacionais quanto internacionais em prol da atuação da Fundação no distrito.

A princípio, os projetos ocuparam todos os espaços cedidos das instituições locais na comunidade. Posteriormente por conta do crescimento, houve duas doações dos próprios munícipes residentes do distrito, que foram bastante significativas: primeiro, a doação de uma casa que corresponde atualmente ao Ponto de Cultura e segundo, a doação de um terreno para a construção do Centro Educativo.

De fato, graças a essa conjugação de esforços e de parceiros, um projeto inicial foi elaborado, apresentado e aprovado por três instituições alemãs de promoção social – *Sozialwerk Brasilienhilfe, Missionsprokur de Deutschen Jesuiten e Kindermissionswerk “Die Sternsinger”* – resultando na construção do atual Centro de Desenvolvimento Educativo e Cultural Comunitário (CEDEC) / 2007-2008. Por sua vez, com base nesse investimento e capacidade instalada do CEDEC, houve dois grandes desdobramentos, a priori, Fé e Alegria Vazantes mobilizou uma série de outros benefícios aliados a outras instituições nacionais, tanto públicas quanto particulares e filantrópicas, logo depois foi desencadeada uma série de projetos realizados nos espaços construídos.

Diante do aporte feito pela *Sozialwerk Brasilienhilfe, Missionsprokur de Deutschen Jesuiten e Kindermissionswerk “Die Sternsinger”* para a construção do CEDEC, no valor de 85.000 Euros, equivalente à época a R\$ 213.494,82, a equipe de Fé e Alegria Vazantes conseguiu uma contrapartida, no mesmo valor da Associação Nóbrega de Educação e Assistência Social (ANEAS), para apoiar e desenvolver os projetos. E, desde 2008 apresenta projetos anualmente, mediante prestação de contas e aprovação anual dos projetos antigos e novos. Ademais, a organização recorre a editais, chamadas públicas e apresentação de projetos a instituições nacionais e internacionais.

A Fé e Alegria está estruturada em cinco áreas do conhecimento, a saber:

Áreas de atuação	Programas Institucionais
1. Educação Formal	Educação Infantil, Ensino Fundamental, Ensino Médio, Educação Técnica, Educação de Jovens e Adultos (EJA).

2. Educação Não-Formal	Educação comunitária, Atenção integral à criança e ao adolescente em situação de risco social e pessoal (abrigo), Educação popular na rua, Formação pelo/para o trabalho, Curso pré-universitário.
3. Desenvolvimento Comunitário	Formação de lideranças comunitárias, implementação de pólos culturais e esportivos, Inclusão digital, geração de trabalho e renda e programas socioambientais.
4. Formação de Educadores Populares	Formação continuada de docentes, formação continuada de gestores e formação de educadores sociais.
5. Comunicação	Rádios educativas, rádios comunitárias e portais educativos.
6. Ação Pública	Participação em campanhas, fóruns temáticos, conselhos setoriais e articulação de redes sociais.

Quadro 1 - Áreas do conhecimento da Fundação Fé e Alegria

Fonte: Centro Pedagógico da Fundação Fé e Alegria

Hoje, a Fundação conta com a atuação dos seguintes projetos:

Galeria Vazantes - Pólo de cultura e economia solidária criada em 2014 resultado do Plano de Financiamento do LAZ com o incentivo financeiro de 122.980 Euros e de recursos do Ministério Federal da Cooperação Econômica e Desenvolvimento, que tem como objetivo reunir as iniciativas das diversas atividades associativas, promovendo a consolidação dessas instituições fortalecendo o comércio local, capacitando grupos na formação continuada na gestão para o mundo do trabalho solidário. As instalações da galeria disponibilizam 10 boxes, contemplando as seguintes instituições: COPA (Cooperativa de Piscicultores do Açude Aracoiaba); COPAVAZ (Cooperativa Mista Agropecuária de Vazantes); COOPERAÇÃO (Cooperativa de Produção e Ação Comunitária- Padaria e confeitaria); Grupo dos Saneantes-Produtos de Limpeza; AVAC (Associação Vazantense de Artesanato e Costura); Associação “Delícias de Poços” (Produção de Doces e Polpas); Box- Bazar comunitário (Igreja); Dois boxes extras: acesso de Serviços a comunidade (Açougue) e (Salão de Beleza). Um espaço de “praça de alimentação” e praça de eventos.

Localizador Cultural do Maciço de Baturité - Projeto de incentivo a cultura local criado em 2013, aprovado por meio de edital público de mecenato, parceria da Secretaria de Cultura do Estado, Ministério da Cultura e a entidade privada Coelce –Indesa Brasil,

no valor de R\$ 90.000,00 para mapeamento dos equipamentos culturais e artistas dos 13 municípios que compõe a região do Maciço de Baturité.

Projeto Turismo Cultural do Maciço de Baturité - Projeto criado em 2014, selecionado através de chamada pública do Governo Federal MDIC (Ministério do Desenvolvimento da Indústria e Comércio) e Secretaria de Cultura, para construir o Projeto do APL – Arranjos Produtivos Locais. O referido projeto contempla unidades produtivas dentro da região (13 municípios), dando prioridade aos seguintes grupos produtivos: Confecções de (SEDE), AVAC (artesanato), COOPERAÇÃO (padaria), COPA (Cooperativa de Piscicultura), Associação Comunitária (Delícias de Poços), Box Comunitário (Açougue) e segmentos Culturais dos Grupos: Maracatu (dança afrodescendente) e Quadrilha (dança regional) através do Turismo Cultural.

Além dos projetos supracitados, a Fundação também oferta para a população oficinas de: maracatu, capoeira, dança regional, aulas de flauta, karatê, ballet, formação da banda de música e o grupo do PJO – Protagonismo Juvenil Organizado. A instituição conta ainda com o espaço de uma biblioteca e de uma brinquedoteca que se propõem a atender toda a comunidade interessada em dispor das ações oferecidas. Todas as atividades estão diretamente voltadas para a juventude, de modo que a Fé e Alegria atende hoje um total de 200 jovens distribuídos entre as oficinas. O próprio jovens tem liberdade para escolher a oficina que deseja participar, tendo o livre arbítrio e a oportunidade de realizar mais de uma atividade. A Fundação possui parceria com algumas instituições públicas locais como as escolas municipais, a Secretaria Municipal de Educação e o Centro de Referência em Assistência Social – CRAS.

A Fundação Fé e Alegria revela-se uma grande promotora de ações culturais, principalmente no que tange o seguimento juventude. A comunidade do distrito de Vazantes tem a chance de usufruir inclusive de eventos desenvolvidos pela organização como a mostra de cinema em comunidade que acontece a 3 anos, a sexta coletiva, a apresentação de quadrilhas juninas, o aniversário de Fé e Alegria, o baile do Menino Deus em Natal e as festas de reis.



Figura 2 - Fundação Fé e Alegria – Vazantes, Aracoiaba/Ce
Fonte: Centro Pedagógico da Fundação Fé e Alegria

5. Metodologia

Esta pesquisa caracteriza-se, quanto ao tipo, como Estudo de Caso, pois analisaremos como a juventude do município de Aracoiaba se auto-organiza frente à ausência do Estado como prestador de serviços públicos na área da cultura, em especial, analisando o caso da Fundação Fé e Alegria, do distrito de Vazantes. Cientes de que o estudo de caso é um instrumento pedagógico que apresenta e que objetiva estudar as causas de um problema específico, pretendemos, assim, com o fim de nossa incursão teórica, determinar uma solução pré-definida, exigindo empenho do pesquisador para identificar o problema, analisar evidências, desenvolver argumentos lógicos, avaliar e propor soluções.

Já quanto à natureza, trata-se de uma pesquisa qualitativa/interpretativista, considerando que esse quadro comumente designado abordagem qualitativa de investigação entende as práticas sociais como atividades humanas carregadas de significados e que a atividade científica é, antes de tudo, uma prática social que deve ser investigada através de um paradigma que se centre nos significados por ela atribuídos aos objetos de que se ocupa.

O *corpus* apresenta-se constituído de pesquisas bibliográficas acerca do tema proposto assim como de documentos oficiais (como o Estatuto da Criança e do Adolescente e da Constituição Federal), além de aplicação de questionários socioculturais com os responsáveis pela direção da Fundação assim como com os próprios jovens que participam das ações desempenhadas pela instituição no distrito.

5.1 Procedimentos analíticos

5.1.1 A coleta dos dados e estabelecimentos das interfaces conceituais de embasamento da pesquisa: nesta etapa, procedemos à leitura das leis, dos documentos e do referencial teórico sobre o processo de participação da juventude na área cultural, assim como do papel do Estado como prestador de serviços no campo. Para tal, foi realizado o levantamento de autores e teorias que embasam os requisitos conceituais mobilizados e os procedimentos metodológicos traçados a fim de mapear os diálogos interdisciplinares que justificam nossa pesquisa, destacando-se abordagens sociais, econômicas e políticas. De posse das informações teóricas levantadas nesta primeira etapa de análise dos dados, tornou-se possível averiguar até que ponto o seguimento juventude vem sendo atendido na área cultural e como o mesmo vem se posicionando como protagonista social.

5.1.2 Os procedimentos teóricos e os procedimentos metodológicos: nesta etapa, fizemos o levantamento dos pontos de contato entre os capítulos teórico e o metodológico. Essa etapa é fundamental na pesquisa, pois ela determina as possíveis categorias a serem exequíveis na análise, assim como quais as categorias que não são exequíveis, principalmente no que diz respeito ao processo de participação juvenil no contexto político-social. De posse dessas informações levantadas nesta segunda etapa de nossa pesquisa, pudemos redirecionar conceitos ou confirmá-los, assim como nos possibilitou fazer uma reflexão crítica sobre os conceitos de políticas públicas juvenis assim como as formas pelas quais a juventude se manifesta culturalmente.

5.1.3 Aplicação dos Questionários: nesta etapa, solicitamos ao administrador da Fundação Fé e Alegria na qual trabalhamos, a relação dos jovens que participam dos projetos culturais da instituição tomando como base de estudo o ano vigente (2016). A partir desses dados, entramos em contato com os jovens. Para fins de sistematização, fizeram parte da pesquisa apenas os jovens que fazem parte diretamente de algum tipo de atividade de fomento a cultura da Fundação, a pesquisa foi realizada por meio de aplicação de questionário com perguntas abertas, com material próprio e todos os sujeitos envolvidos gozaram de pleno conhecimento quanto sua participação no estudo. A fim de resguardarmos a imagem dos participantes, não apresentaremos sua identificação, sendo constituído, para a formação do *corpus*, códigos para cada informante, como em:

a) INF1FFA (INF- abreviação de INFORMANTE; 1 a ordem das entrevistas; FFA-Fundação Fé e Alegria);

Como nosso estudo envolve pessoas, foram respeitadas todas as condutas éticas cabíveis na condução das entrevistas para que tenhamos o amparo legal acerca dos resultados obtidos a partir dos dados coletados.

Findadas essas etapas, procedemos, para fins de sistematização dos resultados, à redação de uma síntese do observado que nos possibilitou a exposição, de maneira integrativa, os significados a que tivemos acesso após a leitura analítica dos textos analisados. Para as entrevistas, realizamos a transcrição das falas, a fim de provarmos os turnos apresentados pelos sujeitos.

Esperamos que este desenho metodológico nos permita: (i) dar conta dos objetivos traçados (geral e específicos); (ii) promover reflexões gerais sobre a importância de identificar e compreender as formas pelas quais a juventude se auto-organiza como seguimento da sociedade civil; (iii) investigar como o Estado responde a tais formas de manifestação; (iv) identificar quais os impactos socioeconômicos e políticos do fenômeno.

6. Análise dos Dados

A Fundação Fé e Alegria tem como objetivo principal, apoiar os mais desfavorecidos socialmente, utilizando a educação como caminho para o desenvolvimento humano, a partir daí, promove diversos projetos e programas de fomento a área educacional incluindo também ações voltadas a área cultural, principalmente no que corresponde as ações voltadas para a juventude. No distrito de Vazantes, os jovens contam com oficinas que aliam teoria a prática e que são ofertadas por profissionais capacitados, dentro de uma estrutura que busca atender da melhor forma suas necessidades. Atualmente, a instituição acolhe em torno de 200 jovens, destes, quase todos estão distribuídos entre as aulas de dança regional, maracatu, flauta, karatê, capoeira, ballet e formação da banda de música, que dizem respeito a parte cultural da Fundação.

Com faixa etária a partir de 12 anos, cada jovem que se interessa em participar das atividades desenvolvidas, têm a oportunidade de escolher a que mais se identifica, podendo inclusive, participar em mais de uma oficina, como é o caso da grande maioria. As oficinas ocorrem frequentemente e possuem duração média de seis meses. As oficinas propiciam ao jovem a chance de uma formação cidadã mais completa assim como os auxiliam no processo de descobrimento de novos talentos. Passados os seis meses de formação, cada oficina reinicia suas tarefas acolhendo novos alunos e se for o caso,

mantendo aqueles que ainda desejam permanecer nas aulas. Não existe um processo de seleção propriamente dito que defina ou exclua os jovens participantes, o maior critério utilizado para seu ingresso na Fundação, é seu interesse e disponibilidade em participar ativamente das atividades propostas. Todavia, os próprios jovens relatam a mudança positiva ocorrida em seus cotidianos, impulsionada pelo processo de aprendizagem adquirido na Fundação. As oficinas ocorrem a aproximadamente 10 anos, desde quando se deu início as primeiras ações da Fé e Alegria no distrito.

As oficinas ocorrem tanto no período matutino como no período vespertino, com exceção apenas do caso específico que envolve as aulas de ballet, que a princípio deveriam ocorrer no período noturno, mas por conta de algumas contingências relacionadas ao próprio horário, acabaram sendo ofertadas durante o dia. As aulas de cada oficina são realizadas uma vez por semana, de modo que das oficinas que são desenvolvidas, todas possuem mais de uma turma, cada uma conta em média com a presença de 20 jovens. Os jovens de todas as oficinas foram convidados a contribuir com a pesquisa de forma voluntária para que os mesmos não se sentissem coagidos. Dessa forma também, buscou-se garantir a legitimidade e integridade do estudo, de modo que a realização da pesquisa dentro das oficinas poderia interferir ou até mesmo enviesar a obtenção dos resultados.

Como já mencionado anteriormente, grande parte dos jovens não resume sua participação em apenas uma oficina, cerca da maioria dos jovens atendidos pela Fé e Alegria, se desdobram e se empenham em participar de duas ou mais atividades. Sendo assim, foi aplicado junto aos jovens, um questionário contendo perguntas abertas relacionadas a sua atuação dentro da instituição, bem como sua opinião quanto o papel que a Fundação exerce na comunidade em geral e de que modo o poder público se insere nesse contexto. O questionário buscou fundamentalmente ouvir a juventude enquanto sujeitos ativos na sociedade, quanto a sua visão de jovens que tem a oportunidade de participar de projetos culturais com suporte de estrutura, equipamentos e profissionais disponíveis ao passo que estão inseridos em um município no qual a cultura historicamente é negligenciada, nesse sentido, como passam a enxergam o poder público e acima de tudo, como se enxergam nesse cenário. Através do questionário também foi possível traçar um perfil acerca dos jovens, considerando aspectos sociais como o gênero sexual, a idade e o nível escolar, sem levar em consideração os nomes ou os endereços dos participantes, com o intuito de resguardar suas identidades.

Ao todo, 50 jovens se dispuseram a responder o questionário, destes, cerca de 35 são do sexo masculino e conseqüentemente, 15 jovens do sexo feminino. A maioria daqueles que responderam ainda estão inseridos no ambiente escolar, seja cursando o ensino fundamental ou o ensino médio, ou seja, são jovens com idade entre 12 e 18 anos, os que estão acima dessa faixa etária e já concluíram o ensino médio, formam a minoria das turmas. Todos os jovens atendidos residem no próprio distrito e revelaram nunca ter participado de nenhuma outra ação cultural originada em outras instituições, sejam elas públicas, privadas ou do terceiro setor.

Com isso, os jovens apontaram a importância que tem as oficinas e todos os projetos que a Fundação desempenha. Indagados sobre o papel da instituição na área cultural, os jovens demonstraram o quanto vale para eles a participação nas ações, o quanto significa a oportunidade de ocupar espaços em suas vidas com arte, música e dança por exemplo. A pesquisa também revelou que a oficina mais procurada é a de capoeira, majoritariamente pelo público masculino mas com adesão de grande parte das jovens. Os mesmos confirmaram que a Fundação exerce grande influência sobre cada um deles, apontando um caminho e direcionando-os para um futuro menos excludente. Os jovens relataram adquirir conhecimentos não vivenciados em outro ambiente (mesmo o escolar), como a disciplina exigida nas oficinas de capoeira e a persistência daqueles que buscam aprender a tocar um instrumento nas aulas de música, no entanto, ao serem questionados quanto as demais atividades culturais disponíveis no município como um todo, os jovens mostraram desconhecer qualquer tipo de iniciativa, seja nos demais distritos ou na própria Sede da cidade.

Os jovens também foram questionados quanto sua visão em relação ao papel que o setor público exerce como agente promotor da cultura em nível municipal. Em relação a isso, os jovens apontaram a falta de incentivo e apoio por parte da gestão pública, tanto a atual como as passadas. Em verdade, foi possível perceber através dos dados coletados, a escassez de ações direcionadas a juventude em si, em especial, na área cultural e essa nítida desvalorização não ocorre apenas em sentido local, percebe-se a falta de opções também na esfera Estadual e Federal. Em consonância a isso, a juventude demonstra encontrar um caminho diferenciado apenas dentro da Fundação. Apesar das atividades ofertadas, os jovens revelam ainda, o desejo de participar de outras ações culturais que envolvam o teatro, a aprendizagem de novos instrumentos musicais e novas modalidades de esporte.

O questionário também abordou a temática da participação do jovem no processo de formação de novas políticas públicas voltadas para a democratização da cultura no município, indagando quanto o papel da juventude como agente transformador, que deve buscar de forma organizada um estado de diálogo com a administração pública para que a mesma se proponha e se comprometa a incentivar efetivamente os projetos existentes na área cultural, assim como, apoiar novas formas de expressão cultural que se deseje criar. Com isso, os próprios jovens apresentaram as falhas existentes entre a sociedade e o Estado, como a falta de comunicação, de espaços nos quais se possam opinar e construir juntos iniciativas que atendam as demandas de todos os seguimentos, não apenas na área cultural. Fazendo assim, surgir o seguinte debate: onde efetivamente encontra-se o problema e como poder público e sociedade podem se mobilizar para resolver?

O questionário teve como intuito levantar e analisar informações sobre a temática proposta a partir da visão do jovem, parte mais interessada no processo de democratização cultural, que na maioria das vezes, não é ouvido. Sendo assim, a juventude residente no distrito de Vazantes, possui um grande diferencial frente aos demais jovens munícipes de Aracoiaba, que consiste na presença de uma instituição consolidada e reconhecida em diversos países do mundo, que conta com um aporte estrutural e financeiro de parceiros e financiadores que acreditam em sua missão e que permitem oferecer ao jovem, oportunidades únicas em suas vidas, independente do trabalho das organizações do primeiro e do terceiro setor.

Todavia, hoje, a Fundação Fé e Alegria passa por problemas financeiros como grande parte das instituições que formam o terceiro setor. O cenário econômico pelo qual o Brasil vem passando nos últimos tempos dificultou a obtenção de novos tipos de financiamentos, tanto em nível nacional como em nível internacional, de modo que algumas atividades foram prejudicadas. Os jovens relataram a falta de mais monitores para dar continuidade a algumas oficinas que tiveram que parar, como é o caso das aulas de violão. O corte de profissionais constitui-se como consequência do processo de corte de gastos. Apesar dos problemas enfrentados atualmente, a Fundação continua atuando como resposta a própria força de vontade dos jovens que não medem esforços em participar ativamente das ações.

7. Considerações Finais

Buscou-se tratar aqui neste trabalho da questão cultural dentro do seguimento juventude, com o intuito de identificar e compreender as formas pelas quais os jovens se organizam frente a ausência do Estado como prestador de serviço na área. Desse modo, tornou-se necessário um resumo acerca do papel do Estado dentro do sistema democrático ao qual estamos inseridos, reiterando suas atribuições a partir da tripartição dos poderes. Além disso, foi realizado um levantamento em torno das políticas públicas juvenis desenvolvidas no país revelando a forma pela qual o jovem vem sendo tratado nos últimos anos. No mais, buscou-se fundamentalmente ressaltar a participação do jovem em instituições e grupos culturais de modo geral para que se possa entender sua atuação específica no município de Aracoiaba, foco do estudo aqui apresentado.

De fato, percebe-se que as políticas voltadas para o seguimento juventude no país foram desenvolvidas a partir da década de 90, com programas iniciais de cunho assistencialista, as ações direcionadas ao público juvenil ganharam maior notoriedade através da constituição do Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Vale ressaltar que dentro do contexto social, o jovem sempre surgiu envolto as extremidades, hora caracterizado como sujeito detentor do poder de transformação social, como um “herói”, que emerge para livrar a sociedade de todos os males, hora como “vilão”, que assume a figura do delinquente causador de grande parte das problemáticas sociais relacionadas ao uso indevido de drogas e promoção da violência. Isso nos alerta para o desafio enfrentado pelo Estado assim como pela sociedade em si, de se encontrar formas sustentáveis para concretizar políticas públicas eficazes que possam romper com os estereótipos negativos em relação aos jovens. Assim, a necessidade de se implementar políticas integradas para a juventude que estabeleçam vínculos com diferentes áreas, não apenas o assistencialismo, torna-se fundamental.

Uma dimensão inovadora constatada na pesquisa sobre as práticas juvenis desde a década de 90, se refere a importância da esfera cultural como espaço produtor de sociabilidade. Isso demonstra o quanto significa para o jovem o convívio e a participação em ações culturais. A área cultural apresenta-se como laboratório onde se processam experiências nas quais os jovens encontram a oportunidade de construir uma identidade forte, consistente, baseada em princípios que vão além do tradicionalismo e das regras impostas pela sociedade, de modo que os mesmos possam enriquecer sua

subjetividade, auxiliando-os na sua formação como cidadão. Todavia, a cultura é uma área pouco reconhecida e desvalorizada, tanto pelo poder público, quanto em muitos casos, pela própria sociedade.

Os programas juvenis existentes na área cultural, em grande parte, são frutos de iniciativas federais ou estaduais, de modo que os municípios na maioria das vezes fazem apenas adesão aos programas já existentes ou em desenvolvimento, servindo apenas como ponte para que os jovens munícipes possam participar das ações finais propostas. O resultado disso é a escassez de projetos direcionados a área cultural que atendam as verdadeiras necessidades e anseios da juventude. Uma nova política pública de juventude precisa levar em conta a realidade concreta dos atores a quem se dirige, os diversos modos de ser jovem, suas formas próprias de lazer e considerar que eles são capazes de produzir autonomamente expressões culturais criativas. Pensar o jovem apenas como receptor de ações já não basta e para modificar este cenário, é preciso que acima de tudo, assuma a importância da cultura como área fundamental do desenvolvimento social e reconheça o papel da juventude contemporânea na sociedade.

O fato é que os próprios jovens encontram maneiras de se auto organizarem frente a ausência do Estado como prestador de serviços no que tange as diversas áreas mas em especial, a cultura. Trabalhar a política de juventude dentro dos limites existentes consiste em primeiramente identificar tais formas de organização, mapear os grupos e as organizações formadas pela juventude que atuam como promotoras de ações culturais, quase sempre, independentes do apoio do poder público, mas que apresentam-se como fortes aliadas ao processo de democratização cultural.

No município de Aracoiaba, cidade do interior do Ceará, situada na região do Maciço de Baturité, a situação não é diferente. A juventude de Vazantes, localidade que forma um dos 9 distritos do município, conta com a presença da Fundação Fé e Alegria, que há dez anos desenvolve atividades voltadas ao fomento da cultura na região. Ofertando projetos e oficinas de dança e música, pode-se considerar que seu público alvo constitui-se quase que exclusivamente por jovens, que têm a oportunidade de desfrutar de um ambiente que proporciona uma vivência voltada e pensada para eles. Através da pesquisa realizada, foi possível compreender a importância que a instituição exerce sobre a vida desses jovens.

Infelizmente, os demais jovens do município não têm a mesma oportunidade, tendo em vista que o distrito de Vazantes caracteriza-se como zona rural, a distância e as vias de acesso ao distrito dificultam o acesso dos moradores de outras localidades. Apesar do incentivo e do investimento de instituições financeiras nacionais e internacionais, a Fundação enfrenta problemas de custeio para a execução das ações, desse modo, não consegue sozinha, expandir suas atividades para outros territórios do município.

Tradicionalmente a cultura no município de Aracoiaba sofre do processo de desvalorização por parte da administração pública, com isso, a pesquisa buscou fazer um levantamento acerca da questão cultural que envolve as políticas voltadas para a juventude em âmbito nacional, elaborando um panorama do cenário vivido no município. A proposta deste trabalho consiste em revelar ao poder público o estado no qual a juventude se encontra em relação aos aspectos estudados de acordo com suas próprias percepções, apuradas a partir da aplicação dos questionários, revelando com isso, a problemática em sua plenitude, abordando as causas e apresentando soluções viáveis.

Desse modo, cabe ao poder público analisar até que ponto ainda se pode negligenciar a falta de ações culturais voltadas para a juventude, seja na esfera municipal, estadual ou federal, no caso, em especial, abordando a temática da juventude residente do município de Aracoiaba. Em relação a atuação da administração pública municipal, o estudo oferece dados que podem auxiliar na construção tanto de espaços de diálogo entre a juventude e o poder público como na elaboração e implantação de ações mais efetivas na área cultural, como o maior apoio ou incentivo aos grupos e organizações já existentes, de modo que os mesmos tenham condições de atender um maior número de jovens com um bom nível de qualidade das ações, obtendo melhores resultados que favorecem a sociedade como um todo.

Com isso, percebe-se que no âmbito das políticas públicas de juventude, falar da atuação do jovem implica em primeiro lugar, assumir a importância de estimular e garantir a participação juvenil por meio de seu protagonismo. Das dimensões a serem consideradas como resultado da pesquisa, a garantia do reconhecimento dos jovens como atores sociais, é a que mais deve ser enfatizada. Uma agenda que favoreça as políticas de juventude deve ser uma agenda de oportunidades da condição juvenil, ancoradas nos diversos aspectos que envolvem o cotidiano dos jovens, fazendo necessário reconhecer as diferentes maneiras de como a juventude se estrutura como classe social e de que modo

se organiza para expressar demandas, necessidades, desejos e visões de mundo para agir em consonância com o espaço público.

Desse modo, cabe ao setor público identificar e apoiar as formas pelas quais a juventude se autoorganiza para se manifestar, como meio de suprir a própria carência que existe, principalmente na área cultural, assim como é de responsabilidade do mesmo, assumir as consequências de não agir em meio a problemática exposta. De modo que também cabe ao jovem, o dever de manter plena consciência de seus direitos e deveres como cidadão, buscando atuar, apesar das disfunções, de forma efetiva no meio ao qual se encontra inserido. Na relação existente entre juventude e Estado, os jovens sempre irão se deparar com conceitos pré estabelecidos que geram uma multiplicidade de conceitos acerca da classe, o que só reforça a necessidade do diálogo e reconhecimento do contexto juvenil para implantação das políticas públicas.

A grande maioria dos jovens que fazem parte da sociedade brasileira, se defrontam com problemas relacionados a exclusão e a desigualdade social, problemas que só poderão ser superados através da mobilização social, paralela a estruturação de políticas públicas que devam primordialmente se articular para dá suporte ao ingresso e atuação do jovem dentro do meio social. A partir daí, o trabalho acima, expôs as principais questões que afetam a juventude, levando em consideração os resultados obtidos no estudo de caso, apresentando as dificuldades e também os avanços da política de juventude na área cultural.

REFERÊNCIAS

- BONAVIDES, Paulo. **Ciência Política**. 10 ed. rev. atual. São Paulo: Malheiros, 2000.
- CUCHE, Denny. **A Noção de Cultura nas Ciências Sociais**. São Paulo: EDUSC, 1999.
- DALLARI, Dalmo de Abreu. **Elementos de teoria geral do estado**. 26. ed. São Paulo: Saraiva, 2007.
- KELSEN, Hans. **Teoria geral do direito e do estado**. Tradução: Luis Carlos Borges. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

MAQUIAVEL, Nicolau. **O príncipe** Tradução: Dominique Makins. São Paulo: Hunter Books, 2011.

PORTAL ARACOIABA. Disponível em: <<http://www.aracoiaba.ce.gov.br/nossa-historia/>>. Acesso em 19 de Out. 2016.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATISTICA - IBGE. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=230120&search=ceara|aracoiaba>>. Acesso em 19 de Out. 2016.

VIANA, Antônio Francisco. **O Estado: poderes e funções, federação, direito administrativo e relações com outros ramos jurídicos.** Conteúdo Jurídico, Brasília-DF: 17 out. 2012. Disponível em: <<http://www.conteudojuridico.com.br/?artigos&ver=2.40069&seo=1>>. Acesso em: 27 Out. 2016.

FILHO, C. DOS SANTOS, J. **Direito Administrativo e Administração Pública.** In: _____ (Org). *Manual de Direito Administrativo.* São Paulo: Atlas S.A, 2013. P. 1-43.

INSTITUTO CIDADANIA: projeto juventude: documento de conclusão – versão inicial para discussão, complementação e ajustes. São Paulo, 2004.

Juventude e Políticas Sociais no Brasil. Org.: Carla Coelho de Andrade, Jorge Abrahão de Castro e Luseni Maria C. de Aquino. Brasília: ipea, 2009. 317 p.

Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação. Org.: Regina Novais e Paulo Vannuchi. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. 303 p.

FUNDAÇÃO FÉ E ALEGRIA. Disponível em: <<http://www.fealegria.org.br/sys/principal/lo15.php?pag=;feabra;paginas;index>> . Acesso em: 21 Out. 2016.

Guia de Políticas Públicas de Juventude. Brasília: Secretaria-Geral da Presidência da República, 2006. 48 p.

Brasil. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Senado Federal, 1988.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Brasília: Senado Federal, 1990

ANEXOS

Principais programas para a juventude do governo federal – Brasil, outubro

2016

Programa	Órgão	Benefícios Oferecidos	Público-alvo
1. Projeto Agente Jovem	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à fome	O Agente Jovem visa o desenvolvimento pessoal, social e comunitário e proporciona, no horário contrário ao turno escolar, capacitação teórica e prática, por meio de atividades que não configuram trabalho, mas que possibilitam a permanência do jovem no sistema de ensino, preparando-o para futuras inserções no mercado. Os jovens recebem uma bolsa de R\$ 65 mensais durante os 12 meses em que estiverem inseridos no Programa e atuando em sua comunidade.	Ação continuada de assistência social destinada a jovens de 15 a 17 anos.
2. Programa Bolsa-Atleta	Ministério do Esporte	O Programa Bolsa-Atleta tem como objetivo garantir apoio financeiro aos atletas com mais de 12 anos, que não contam com o patrocínio da iniciativa privada e que já começaram a mostrar seu alto potencial em competições nacionais e internacionais. O benefício é dividido em quatro categorias: Estudantil, Internacional, Nacional e Olímpica/Paraolímpica. O pagamento é feito mensalmente, durante um ano, podendo ser prorrogado.	A categoria Estudantil é destinada a atletas com mais de 12 anos e a bolsa é no valor de R\$ 300. As categorias Nacional e Internacional são direcionadas a jovens com mais de 14 anos e repassam aos atletas, respectivamente, R\$ 750 e R\$ 1.500.
3. Programa Brasil Alfabetizado	Ministério da Educação	O Programa Brasil Alfabetizado tem por objetivo promover a alfabetização. Lançado em 2003, o Programa transformou campanhas temporárias de alfabetização, de alcance limitado, em uma política pública permanente de acesso à educação.	Brasileiros com mais de 15 anos que não tiveram a oportunidade de estudar.
Programa Escola Aberta	Ministério da Educação	O Programa Escola Aberta amplia as oportunidades de acesso a atividades educativas, culturais, de lazer e de geração de renda por meio da abertura das escolas públicas de 5ª a 8ª séries do Ensino Fundamental e do Ensino Médio nos fins de semana. Uma parceria entre os Ministérios da Educação e do Trabalho e Emprego permite o pagamento de uma ajuda mensal de R\$ 150 aos jovens que ministram as oficinas.	As atividades são voltadas a toda a comunidade, e os jovens são os principais beneficiários do Programa.

Programa Escola Fábrika	Ministério da Educação	O Programa tem como finalidade estimular o ingresso e a permanência dos jovens na educação básica regular e envolver o setor produtivo na formação desses jovens, aliando responsabilidade social à necessidade da indústria de contar com trabalhadores qualificados. Como incentivo, o Ministério da Educação repassa aos alunos R\$ 150 por mês durante a realização do curso.	O Programa Escola de Fábrika possibilita a inclusão de jovens de 16 a 24 anos no mercado de trabalho por meio de cursos de iniciação profissional oferecidos no próprio ambiente das empresas.
Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio (Promed)	Ministério da Educação	O Programa de Melhoria e Expansão do Ensino Médio (Promed) tem a finalidade de melhorar a qualidade e a eficiência do Ensino Médio e de ampliar a capacidade de atendimento em todo o país. O Programa está estruturado em dois subprogramas: Projetos de Investimento das Unidades Federadas e Políticas e Programas Nacionais.	Alunos inseridos no Ensino Médio da rede pública de ensino.
Programa Juventude e Meio Ambiente	Ministério da Educação e do Meio Ambiente	Busca incentivar o debate sobre o tema entre os jovens. Com foco em políticas públicas ambientais, o Programa visa ampliar a formação de lideranças ambientalistas e fortalecer os coletivos jovens de meio ambiente nos estados e na Rede da Juventude pelo meio ambiente.	Podem participar do Programa os jovens integrantes desses coletivos, com idade entre 15 e 29 anos.
Programa Nossa Primeira Terra	Ministério do Desenvolvimento Agrário	Nossa Primeira Terra é uma linha de financiamento do Programa Nacional de Crédito Fundiário, voltada para jovens rurais e destinada à aquisição de imóveis e investimentos em infra-estrutura básica.	Podem participar jovens sem terra, filhos de agricultores familiares e estudantes de escolas agrotécnicas, na faixa etária de 18 a 28 anos, que queiram permanecer no meio rural e investir na propriedade.
Programa Cultura Viva	Ministério da Cultura	O Programa Cultura Viva foi criado com o objetivo de potencializar iniciativas culturais já existentes e que reconheçam a cultura popular brasileira em toda sua diversidade.	O Programa Cultura Viva amplia o acesso da população de baixa renda à produção dos bens e serviços culturais e eleva a cultura popular ao mesmo patamar das manifestações tradicionalmente reconhecidas pela sociedade.
Programa de Integração de Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja)	Ministério da Educação	O Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja) foi criado para ampliar a oferta de vagas nos cursos de educação profissional a trabalhadores que não tiveram acesso ao Ensino Médio na idade regular.	O Programa é direcionado a jovens e adultos que já concluíram o Ensino Fundamental e tenham, no mínimo, 21 anos de idade.

Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE)	Ministério do Trabalho e Emprego	O Programa Nacional de Estímulo ao Primeiro Emprego (PNPE) foi criado com o objetivo de reforçar a qualificação socioprofissional para assegurar a inclusão social e a inserção do jovem no mercado de trabalho. Para frequentar as atividades, os jovens recebem valetransporte e uma bolsa-auxílio no valor de R\$ 150.	O PNPE atende jovens de 16 a 24 anos, desempregados e integrantes de famílias com renda mensal per capita de até meio salário mínimo. Pessoas com deficiência, mulheres, afrodescendentes, indígenas e ex-presidiários têm prioridade no atendimento.
Programa Nacional de Inclusão de Jovens (ProJovem)	Secretária-Geral da Presidência da República, MEC, MDS, e MTE	O curso proporciona aos jovens a conclusão do Ensino Fundamental, o aprendizado de uma profissão e o desenvolvimento de ações comunitárias. Os jovens recebem um incentivo mensal de R\$ 100.	Destinado aos jovens de 18 a 24 anos, que não têm carteira profissional assinada e que terminaram a 4ª série, mas não concluíram a 8ª série do Ensino Fundamental.
Programa Nacional do Livro Didático para o Ensino Médio (PNLEM)	Ministério da Educação	O Governo Federal ampliou a distribuição de livros didáticos de português e matemática para os alunos do Ensino Médio com a criação. A distribuição de livros didáticos era feita apenas para os estudantes do Ensino Fundamental.	Alunos do Ensino Médio.
Projeto Rondon	Ministério da Defesa	Tem por finalidade levar estudantes de instituições de Ensino Superior a regiões menos favorecidas do Brasil. A idéia é levar universitários brasileiros a conhecer a realidade do país e proporcionar aos estudantes a oportunidade de contribuir para o desenvolvimento social e econômico do Brasil.	Estudantes universitários e comunidades.
Programa Pronaf Jovem	Ministério do Desenvolvimento Agrário	O Pronaf Jovem é uma linha de financiamento do Programa Nacional da Agricultura Familiar especialmente criada para os filhos dos agricultores familiares.	O Programa contempla jovens de 16 a 25 anos que tenham concluído ou estejam cursando o último ano em centros familiares rurais de formação por alternância, ou em escolas técnicas agrícolas de nível médio, ou que tenham participado de curso ou estágio de formação profissional.
Programa Universidade para Todos (ProUni)	Ministério da Educação	O Programa Universidade para Todos (ProUni) concede bolsas de estudo integrais e parciais em instituições de ensino superior privadas para os estudantes brasileiros de baixa renda. O objetivo é democratizar o acesso à educação superior, ampliar vagas, estimular o processo de inclusão social e gerar trabalho e renda aos jovens brasileiros.	Jovens de baixa renda que pretendem ter acesso ao ensino superior.

Programa Saberes da Terra	Ministério da Educação	O Programa oferece oportunidades de elevação de escolaridade, qualificação social e profissional e o desenvolvimento de solidariedade e da cidadania. Um programa nacional de educação que busca fortalecer e ampliar o acesso e a permanência dos agricultores familiares no sistema formal de ensino.	Jovens e adultos agricultores Familiares.
Programa Segundo Tempo	Ministério do Esporte	O Programa Segundo Tempo é uma iniciativa do Ministério do Esporte para democratizar o acesso à prática esportiva no turno oposto ao da escola. Pelo Programa, crianças e adolescentes da rede pública de ensino têm acesso à prática esportiva, complemento alimentar, reforço escolar e ao material esportivo.	O Segundo Tempo tem como público-alvo meninos e meninas, entre sete e 14 anos, matriculados na rede pública de ensino e provenientes de famílias com baixa renda.
Projeto Soldado Cidadão	Ministério da Defesa	A maioria dos militares que integram o Programa tem perfil sócioeconômico carente. Por meio do Programa esses jovens passam a ter a oportunidade de aprender várias profissões nas áreas de telecomunicações, automobilística, alimentícia, construção civil, artes gráficas, têxtil, eletricidade, comércio, comunicações, informática, entre outras.	Jovens egressos do serviço militar.

Quadro – 2 Principais Programas para a Juventude do Governo Federal - 2016

Fonte: Guia de Políticas Públicas